

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.078 - SP (2019/0349603-0)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : ALBERTO ZACHARIAS TORON E OUTROS
ADVOGADOS : ALBERTO ZACHARIAS TORON - SP065371
EDSON JUNJI TORIHARA - SP119762
MICHEL KUSMINSKY HERSCU - SP332696
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE CARLOS SOUTO FILHO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JOSÉ CARLOS SOUTO FILHO contra decisão liminar proferida pelo Desembargador Relator da Ação Cautelar Inominada n.º 2256633-52.2019.8.26.0000, em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta nos autos que o Magistrado singular deferiu o pedido de autorização de viagem apresentado pelo ora Paciente que, por sua vez, cumpria medida cautelar diversa da prisão referente à proibição de ausentar-se da comarca por mais de oito dias sem autorização judicial (fls. 14-15).

Inconformado, o Ministério Público ajuizou ação cautelar nominada com pedido liminar e escopo de atribuição de efeito suspensivo ao recurso em sentido estrito interposto para revogar a autorização de viagem concedida pelo Juízo de piso. O Desembargador Relator deferiu o pedido liminar (fls. 67-71).

Neste *writ*, os Impetrantes alegam, em suma: a) que seja por meio de mandado de segurança ou por intermédio de ação cautelar nominada não é possível a atribuição de efeito suspensivo ao recurso em sentido estrito; b) a ausência de observância do contraditório na decisão do Desembargador Relator; e c) a inexistência de fundamentação

Superior Tribunal de Justiça

idônea para a revogação da autorização de viagem.

Requer, liminarmente e no mérito, o restabelecimento da decisão singular e, ainda, a vedação de eventuais medidas cautelares de proibição de sair do país e de entrega do passaporte.

É o relatório. Decido.

O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC 447.280/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe de 01/06/2018; AgRg no HC 446.100/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe de 21/05/2018; AgRg no HC 444.105/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 21/05/2018; e AgRg no HC 376.599/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe de 12/06/2018).

Tal entendimento também se aplica ao caso em análise, que se trata de impugnação de decisão liminar proferida pelo Desembargador Relator da Ação Cautelar Inominada n.º 2256633-52.2019.8.26.0000, nos termos do posicionamento adotado por esta Corte Superior no seguinte julgado:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. WRIT INTERPOSTO CONTRA DECISÃO DE DESEMBARGADOR QUE INDEFERIU PLEITO LIMINAR EM RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL. SÚMULA 691/STF. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Conforme reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não se admite a interposição de habeas corpus contra indeferimento de provimento liminar, nos termos da Súmula 691 do STF.

2. A utilização do entendimento expresso no enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal não se limita apenas a decisões liminares indeferidas em outras ações mandamentais de habeas corpus, mas em todo e qualquer provimento jurisdicional

Superior Tribunal de Justiça

precário, de natureza cautelar, tomado seja em sede de ação ordinária, em ação mandamental, de execução ou mesmo em sede de revisão criminal. Precedentes.

3. *Agravo regimental não provido.*" (AgRg no HC 381.487/RO, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 22/03/2017; sem grifos no original.)

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado, tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, subvertendo a regular ordem do processo.

No caso, não houve ilegalidade patente que autorize a mitigação do referido entendimento.

Inicialmente, cumpre salientar, *mutatis mutandis*, que "[a] jurisprudência da Sexta Turma desta Corte Superior tem considerado cabível a decretação de prisão preventiva por meio de medida cautelar inominada, apresentada com o objetivo de atribuir efeito suspensivo a recurso em sentido estrito, a qual, por sua própria natureza, sem ouvir a outra parte, não tem a feição cível, sendo diferido o contraditório ao recurso" (HC 487.314/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 03/05/2019).

No mais, o Desembargador Relator, ao revogar a autorização de viagem, consignou que *"o recorrido foi denunciado e está sendo processado por auxiliar integrante de facção criminosa a dissimular a origem espúria de dinheiro proveniente do narcotráfico, valendo-se de atividade lícita que exercia, tendo permanecido foragido por alguns meses, não se justificando a concessão de viagem ao exterior, sob qualquer pretexto ou fundamento"* (fls. 70-71; sem grifos no original).

Como se percebe, os fundamentos da medida cautelar não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, mormente porque foi destacado que o Paciente *"está sendo processado por auxiliar integrante de facção criminosa", "tendo permanecido*

Superior Tribunal de Justiça

foragido por alguns meses", o que impede, ao menos por ora, a verificação da teratologia da decisão impugnada.

Diante do que foi registrado acima, não se observa, ao menos *primo actu oculi*, teratologia a ser corrigida. A matéria, como se vê, depende de aprofundamento do próprio mérito do *writ*, devendo-se reservar primeiramente à Corte impetrada a análise, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da instância *a quo*, mormente porque o *writ*, ao que parece, está sendo regularmente processado.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210, do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora